

AS MULHERES NEGRAS SOB MÚLTIPLOS OLHARES: HISTÓRIA, VIOLÊNCIA, OPRESSÃO E REPÚDIO

Luci Maria da Silva¹

RESUMO: Este artigo é resultante de estudos analíticos realizados no Curso de Doutorado no PPGE da UFPB e, tem por objetivo analisar as representações das mulheres negras ao longo da história de construção do Brasil. Assim, diferentes olhares se entrecruzam e mostram que, o contexto histórico da escravidão deixou sua influência perversa que perpassou ao longo dos séculos - onde alguns fatos se repetem. Contudo, o panorama da violenta escravocrata contribuiu para construir uma realidade opressora, afetando as subjetividades e as especificidades do corpo da negra. Nesse sentido, é necessário lembrar os fatores que vieram do sexismo, do racismo e do machismo mostrando que a opressão resultou em uma trajetória desfavorável, pois, refletiu nas diversas áreas da existência feminina. Portanto, a investigação foi organizada seguindo uma metodologia qualitativa, utilizando o método bibliográfico para ressaltar as obras de diversos autores que são contribuições importantes e expressam o repúdio contra as atrocidades que sofreram a mulher negra no cativo colonial e, continua afetando o presente, por conta do estigma vivido no passado.

Palavras-Chave: Mulheres Negras. História. Violência. Opressão. Repúdio.

1. INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI é preciso problematizar a identidade da mulher negra considerando alguns elementos e situações que causam repúdio, devido a concretização e a forte ênfase existencial, pois, envolvem desafios advindos do período escravocrata, os quais repercutem na atualidade e convidam a repensar as causas e as consequências reversas de ações que infringem as leis vigentes.

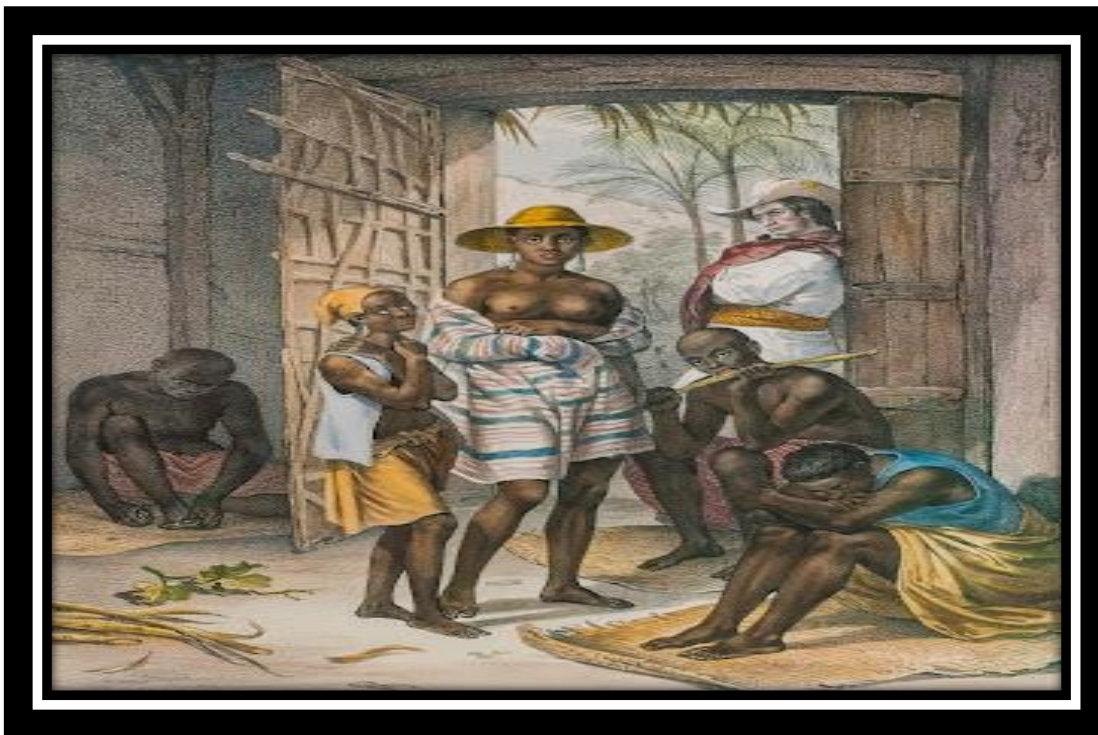
Entre as polêmicas advindas dos anos de escravidão e, todos sabem que, a principal foi a cobiça do homem branco pelo corpo da mulher negra mantida como escrava - a mesma estava sob suas posses, quer seja, para a realização do trabalho doméstico, também para o sexo, para o lucro e para o prazer, benesses que se extraíam do corpo da negra com

¹ Pedagoga, Especialista em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela UFPE, Mestra em Políticas Educacionais pelo PPGE/UFPB e também Doutoranda na Linha de Políticas Educacionais pela UFPB.

a mesma dose de sadismo, devido as regras de uma sociedade hierarquizada sobre a distinção de cor.

Entretanto, a prova dessas perversidades, podem ser facilmente encontradas nas pinturas, como as de Rugendas, que retrataram o cotidiano colonial deixando transparecer características da escravidão, quando se faz uma leitura de imagem do que ocorria em algumas telas do pintor, é praticamente, improvável não encontrar as pretensões e atitudes que demonstram os ares de domínio do homem branco sobre a mulher negra. Sendo possível fazer uma descrição da figura 1 - que segue:

FÍGURA 1 - RUGENDAS - "Negros novos" (1835)



Fonte: Diener (2012)

Ao analisarmos a mensagem contida na pintura de Rugendas, é primordial concordar que, a intenção do pintor é nítida, ele pretende demonstrar uma expectativa ao público, que pode fazer uma leitura da imagem, e o resultado alcançado é uma visão múltipla de diversas mensagens.

De um lado, à obra, permite visualizar que, sob o olhar malicioso do Senhor de Engenho ou mesmo do Capitão do Mato - recostado no batente da porta da senzala, observando uma jovem negra no cativeiro exibindo seus lindos seios com um misto de medo do observador, o que causa constrangimento e pudor; além disso, há uma conversa

entre um grupo escravizado - uma moça bem mais jovem levanta os olhos até sua companheira, também insegura e indecisa, ao mesmo tempo em que cruza os braços sobre os ombros, outros três fortes negros, sentados sobre três esteiras de palha estendidas no chão, transmitem diferentes sinais de contrariedade, então, à esquerda, o rapaz finge se preocupar com o próprio pé, mas lança um olhar de ira para o chão, evitando como todos os demais encarar o homem branco postado próximo à porta, mas de costas – ele é o todo poderoso capataz, outro jovem se concentra na tarefa banal de chupar uma cana, ensaiando uma postura de fingida despreocupação, como se nada nem ninguém importasse na cena. Mais à direita, em primeiro plano, uma mulher negra está com os braços sobre os joelhos e a cabeça baixa recostada, enterrando o olhar no chão de terra batida, lembra uma posição de inconformismo com a intrusão do proprietário branco de almas negras.

Do outro lado, a harmonia da cena é ressaltada pela composição equilibrada, pela perspectiva de mostrar que, as mulheres negras se encontram no relevo da pintura com seus pequenos seios esculturais demonstrando que, a pose escultórica é marcada pelo delicado deslocamento da cobiça do olhar atento do branco, porém, com toda a descrição pesada da cena, o pintor usa o artifício clássico para criar um efeito de graça e leveza.

O resultado geral é uma cena que se quer demonstrar uma visualização pacificadora. Todavia, esse efeito não é produzindo na íntegra, porque a imagem idealiza o domínio branco em terras tropicais, ao mesmo tempo, que é ordeiro, também é exótico, mas, que, deixa escapar alguns sinais da desagregação social que a colonização possibilitou.

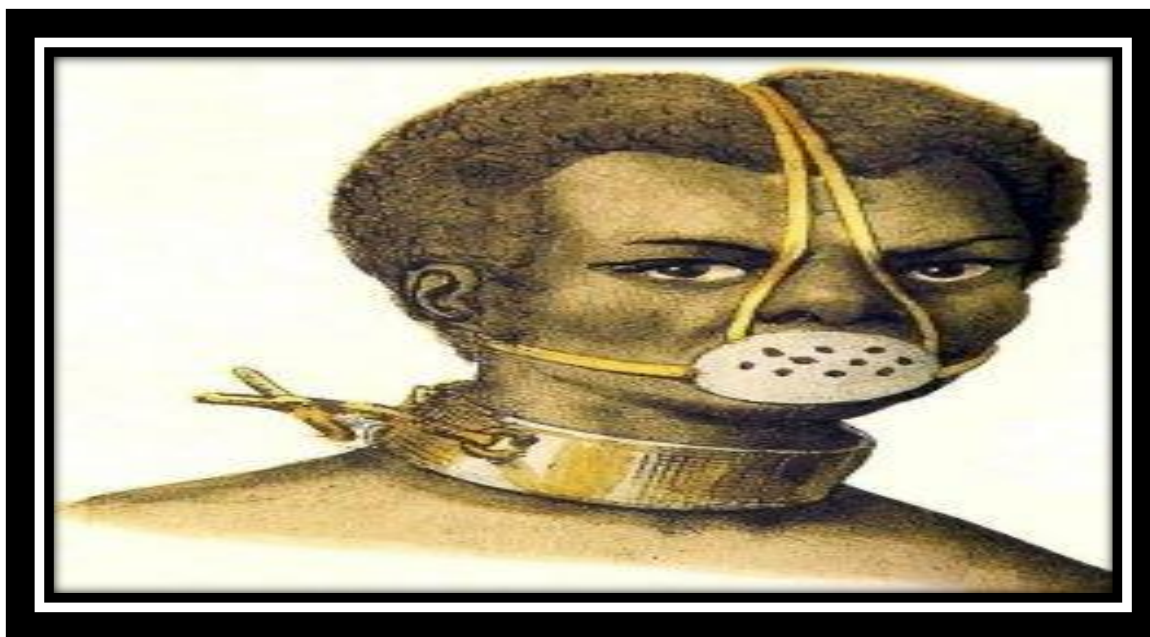
As cenas pintadas permitem o entendimento de uma demonstração de certa ordem advinda da imposição da submissão e da calma que a força bruta do feitor mantinha nas senzalas, onde imperavam os castigos corporais, que podiam ser: prisão, corrente, marcas de identificação com ferro quente no peito, na testa, no ombro, no braço, na barriga ou na panturrilha – servia como labéu ou estigma para humilhar e fazer sofrer que era recém-capturada ou comprada, as chibatadas, sal nas feridas, mutilações com arranchamento de membros: seios, orelhas, pernas, pés, mãos, dedos, golpes nas unhas e dentes, quebra de ossos, a cruel separação de famílias, o tronco e as chibatadas em praça pública, perseguições com cães e o garrote. Essas sanções eram proporcionadas pelas ações do homem branco em detrimento da vida das mulheres negras.

O legado deixado pelos pintores é uma possibilidade de interpretação da dominação do corpo da mulher negra na sociedade racista, contam através das telas a história e permite ainda ser uma contribuição decisiva para o leitor fazer uma leitura das imagens,

provavelmente, permitindo que todos não esquecem de lembrar que essas imagens refletem a realidade da escravidão no Brasil.

Porém, um exemplo marcante de sofrimento feminino que não se pode deixar no esquecimento e, é enaltecido pela situação de sofrimentos que foi vitimada Anastácia - por se tratar de um símbolo da via crucis das mulheres negras, não poderia deixar de constar nesse artigo, assim, abaixo está uma imagem da mesma:

FÍGURA 2 - ANASTÁCIA, USANDO DOIS INSTRUMENTOS DE CASTIGO



Fonte: ANASTÁCIA RETRATADA POR ETIENNE ARAGO (Imagem Arquivo Público).

As histórias orais e escritas sobre Anastácia descrevem uma escrava sofrida, de acordo com as narrativas, era uma mulher negra que carregava um misto de luta, bravura, resistência e doçura. As versões contam sobre uma linda mulher negra, que não cedia aos apelos sexuais do seu senhor, por isso, foi amordaçada e estuprada. Nem mesmo sofrendo no corpo a vingança do homem branco, deixou de lutar, devido a sua capacidade de se opor aos estigmas do escravagismo, Anastácia tornou-se um exemplo e, hoje sua força é um legado de inspiração para muitas devotas.

A história de Anastácia, é igual a de muitas negras escravizadas trazidas para o Brasil durante o tráfico negreiro. Em um breve relato sobre Anastácia, é possível dizer que, a mesma chegou no Rio de Janeiro no navio negreiro Madalena, que saio do continente Africano em 09 de abril de 1740 - estavam na embarcação 112 negros Bantus - originários do Congo, para serem vendidos nos mercados de escravos, entre eles, a mãe

de Anastácia, chamada de Delminda vendida por mil réis assim que o navio aportou, infelizmente, como era comum naquele tempo, a mulher negra foi violentada e, após esse ato perverso foi o nascimento de Anastácia. Assim, Anastácia possuía os olhos azuis com um corpo de beleza exuberante, sempre representada como uma figura forte e guerreira, por seus feitos, ficou conhecida por sua reação de lutar contra a opressão do sistema escravagista. Devido a sua figura exótica era cobiçada, despertava a ira dos seus senhores por seu comportamento rebelde em relação ao assédio do homem branco sobre sua pessoa e, também sofria a fúria de ciúmes das mulheres dos senhores que, não toleravam ver uma mulher negra tão linda e desejada sexualmente. Então, para silenciá-la e castigá-la condenaram-na a usar uma máscara de ferro por toda a vida – chamada de Máscara de Flandres - esse objeto era fabricado com folha de flandres, usada no período da escravidão no Brasil para impedir que os escravos ingerissem alimentos, bebidas ou terra. Eram trancadas com um cadeado atrás da cabeça, possuindo orifícios para os olhos e nariz, mas, impedindo totalmente o acesso à boca. Suportou espancamentos que só terminaram com sua morte. Sua resistência diante da dor e das violências sofridas acabaram por incentivar outros escravizados a resistirem e, por todo esse desfecho está associada a uma “santa popular” que é reverenciada em culto.

Anastácia foi uma mulher negra escravizada como muitas outras, consideradas mão de obra, objeto sexual que podia ser vendida, doada, emprestada, alugada, hipotecada, confiscada, enfim, susceptível de todos os tipos de violência. Porque as escravas realizavam todo tipo de trabalho, desde tarefas pesadas como os trabalhos braçais nas lavouras quanto os trabalhos de organização doméstica da Casa Grande. Além de viverem sob práticas violentas como o trabalho forçado, o açoite e o estupro, também eram obrigadas a serviços sexuais, sendo assim instrumentalizadas, animalizadas, consideradas longe da esfera humana de sentimentos. Enfim, Anastácia representa a vida das mulheres negras brasileiras desde a chegada nos navios negreiros.

Sendo importante frisar que, nos dias atuais os acontecimentos do passado estão presentes com outra roupagem e, atingem as mulheres negras de forma ampla. Todos os dias os noticiários chamam atenção e estampam notícias de casos envolvendo mulheres que são estupradas, assassinadas brutalmente, acometidas de violências domésticas, além de menosprezos e discriminação pela condição de ser do sexo feminino. São tantas as atrocidades contra as mulheres, que é possível fazer uma extensa listagem, porém, com relação as mulheres não-brancas, essas ocorrências constituem dados alarmante.

Tendo em vista que, a promulgação da Lei Maria da Penha não diminuiu e, nem tampouco, intimidou os casos de agressões contra as mulheres, especificamente, quando se trata de mulher negra. A referida lei não parou a agressividade masculina, por isso, é necessário saber de forma sucinta o que diz a Lei Maria da Penha:

A Lei Maria da Penha Lei nº 11.340/2006 cria mecanismos para coibir a violência doméstica apontando as maneiras e possibilidades de enfrentamento, punição e formas de evitar agressões, indicando a responsabilidade que cada órgão público deve ter para ajudar as mulheres que estão sofrendo a violência. (BRASIL, 2006).

Diante do exposto, é propício esclarecer que, a Lei supramencionada, especialmente, também é abrangente, porque trata das violências de maneira diversa: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Segundo o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada publicou a seguinte estatística:

HOMICÍDIOS DE MULHERES NEGRAS POR ARMA DE FOGO
Somente em 2021, 3.858 mulheres foram assassinadas. Especificamente durante o período pandêmico, entre 2020 e 2021, 7.691 vidas femininas foram perdidas no país. Mulheres negras foram vítimas de homicídio no Brasil, em 2021, o que representa 67,4% do total de mulheres assassinadas e 4,3 para cada 100 mil. É o risco de uma mulher negra sofrer violência letal, na comparação a uma mulher não negra. (IPEA, 2023).

A citação mencionada é relevante para melhor entender o que acomete e acometeu as vítimas negras. Diante disso, é preciso fazer uma retrospectiva histórica retomando o que a literatura informa sobre o machismo, sexismo, racismo e o poder do homem branco sobre a mulher negra escravizada. Para tanto, é necessário retratar a condição oprimida vivida por mulheres negras desde a época da escravidão, uma herança que perdurou com o passar dos anos, pois, essa trajetória de sofrimento não findou com a abolição da escravidão no Brasil, ao contrário, continua permanente.

Além do mais, é importante lembrar e relembrar que o crime de feminicídio, somente, foi tipificado em 2015, o que ainda é muito recente, porque apenas se passaram 09(nove) anos, a Lei nº 13.104/2015 torna o feminicídio um homicídio qualificado e coloca o infrator na lista daqueles que praticaram crimes hediondos, cuja pena vai de 12 a 30 anos. No entanto, tudo que ocorreu antes desse acontecimento não esteve sobre os cuidados legais que garantisse as mulheres brancas e não-brancas uma segurança jurídica

contra anos de violação dos seus direitos: corpos, vida e sentimentos, essas questões também propiciaram a exclusão social da população feminina.

O retrato da desigualdade de gênero e raça no Brasil é uma perspectiva herdada do tráfico de pessoas negras, mas, a partir da Constituição brasileira de 1988 que fomentou a igualdade de direitos legais para todos(as), sem discriminação e independente de gênero, raça, cor e classe social. Tendo em vista o artigo 5º da Carta Magna de 1988 que versa: “[...] Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. Esse mesmo artigo deixa claro que: “[...] homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações [...]”. Todavia, no art. 7º, inciso XXX, encontramos ainda, o seguinte: “[...] proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil [...]”.

Mas, na atualidade, as estatísticas demonstram que o panorama de gênero e raça na sociedade brasileira resultou em um legado decorrente do escravismo, as situações adversas pelas quais passaram e passam as mulheres negras tanto no período de escravidão quanto após, culminou no retrato descrito pelo IPEA, que alegou:

Como mostra a pesquisa, hoje, no Brasil, 21% das mulheres negras são empregadas domésticas e apenas 23% delas têm Carteira de Trabalho assinada – contra 12,5% das mulheres brancas que são empregadas domésticas, sendo que 30% delas têm registro em Carteira de Trabalho. Outro dado alarmante é que 46,27% das mulheres negras nunca passaram por um exame clínico de mama – contra 28,73% de mulheres brancas que também nunca passaram pelo exame. Tanto as mulheres negras quanto brancas que estão no mercado de trabalho têm escolaridade maior que a dos homens. Porém, isso não se reflete nos salários. A renda média mensal das mulheres negras no Brasil, segundo a última Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, do IBGE. (IPEA 2003).

Perante o que foi citado, é correto afirmar que, em relação as condições de vida das mulheres negras, o que prevalece é a subalternidade, porque a posição ocupada no mercado de trabalho expõe um grande contingente de mulheres negras ao trabalho doméstico - como acontecia durante a escravidão, só que, no contexto atual os direitos constitucionais ficam na inercia, relegados a uma imposição determinante da classe detentora do poder financeiro.

2. MATERIAL E MÉTODO

Esta pesquisa teve uma abordagem metodológica qualitativa na perspectiva participante com o propósito de contribuir com a visão que a literatura faz das mulheres negras. Em destaque, está o método bibliográfico que serviu para o estudo sobre as interfaces da história que descrever historicamente o trajeto violento advindo da época do tráfico negreiro. Para isto, foi necessário fazer uma análise minuciosa de materiais como: acervos contidos nas obras bibliográficas de renomados autores, que estão elencadas na referência.

Em termos de coleta dos dados, as orientações de Thiollente (1986; Demo, 2006) estão presentes nesta investigação. As análises permitiram utilizar os principais aspectos das obras que inúmeros autores escreveram a respeito do tema.

Afinal, o empirismo está relacionado ao conhecimento construído e, as condições em que ele acontece no discurso escrito dos livros – que foram o material de consulta.

Finalmente, levamos em consideração as estatísticas que demonstram o processo dialético entre o que aconteceu e as repercussões que observamos neste decênio.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e as discussões são abrangentes, os discursos são amplos quando interpretam, especificamente, as condições das mulheres negras no Brasil, as mesmas são comparadas e conceituadas como: quitandeiras, quituteiras, Negras de Tabuleiro, Tias Baianas e ou são igualadas a Tia Nastácia – personagem do Sítio do Pica-Pau presente na obra de Monteiro Lobato de acordo com Andrade (1946, p. 31-32; SODRÉ, 2023, p. 92).

Ressaltamos que, essas comparações referidas nas linhas anteriores, são estereótipos que ultrapassaram os séculos. Todavia, Romanelli (1978, p. 23) caracteriza a sociedade sob o domínio do colonizador como sendo fundamentada numa economia colonial, patriarcal e ruralista de grandes propriedades e mãos-de-obra escrava, que teve implicações de ordem social e política.

Pois, se a sociedade patriarcal não valorizava a mulher branca - que não ocupava lugar de destaque, então, imagina como as mulheres negras eram tratadas?

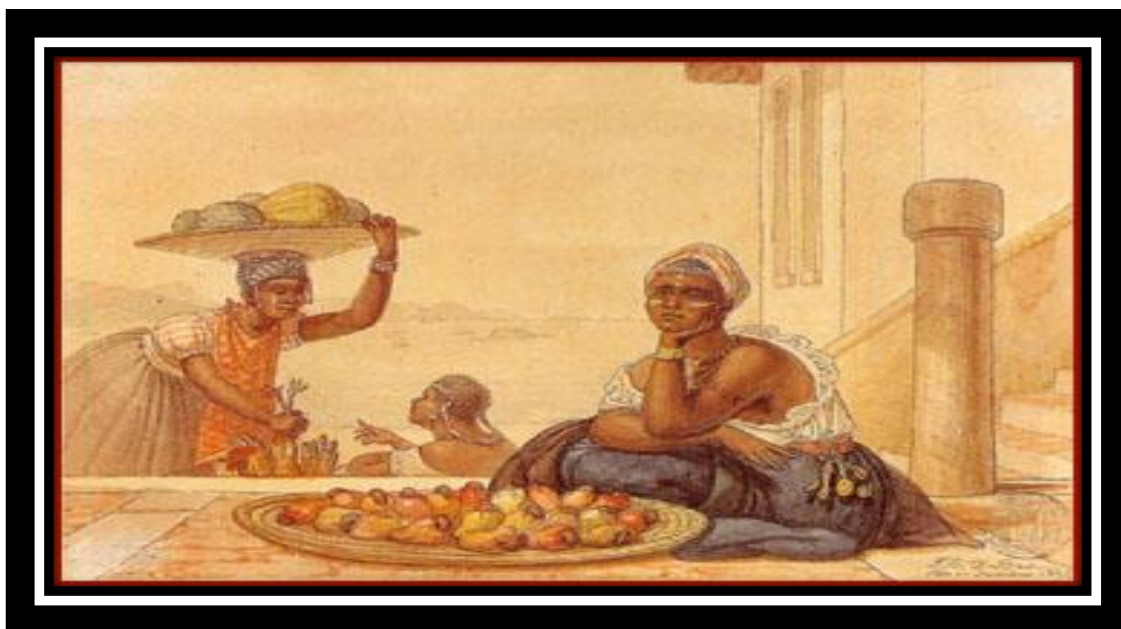
A origem de toda essa personalização do perfil das mulheres negras é oriunda de diversas vertentes culturais e padrões definidos, como por exemplo, as mulheres que vieram escravizadas muçulmanas, principalmente, iorubanas, também demonstravam

suas habilidades adquiridas no Congo e Daomé, nesses locais onde viviam, completavam o trabalho doméstico com quitandas e pequenas vendas, que funcionavam à noite.

Na costa ocidental da África o pequeno comércio era prática essencialmente feminina; atravessar e revender gêneros alimentícios de primeira necessidade garantia às mulheres papéis importantes, adquiriam autonomia com relação aos homens e, se não prestígio, certamente um papel econômico de provedoras e organizadoras da circulação dos gêneros alimentícios. Este comércio, além da funcionalidade econômica, tinha também um sentido social religioso, estreitando os laços comunitários e chegando a relacionar-se com o próprio culto tribal aos ancestrais.

Pelos relatos, percebe-se que, as mulheres africanas, mesmo casadas e contando com a linhagem e terras do marido, não era preciso e nem deviam trabalhar, entretanto, estavam acostumadas a ter de sustentar-se a si próprias, e aos filhos, com o seu próprio dote, mantendo-se, pois, o casamento, o qual não impedia que fossem economicamente independentes. As peculiaridades sobre as mulheres negras escravizadas são abrangentes e foram pintadas por Debret, veja a imagem que segue:

FÍGURA 3 - JEAN-BAPTISTE DEBRET (1827): Negra tatuada vendendo caju



Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**, trad. e notas de Sérgio Milliet, tomo I (volume I e II), 3ª. Edição, São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1954.

Os costumes africanos que foram trazidos pelas mulheres africanas mantidas como escravas durante a colonização originaram uma nova roupagem, como demonstra a pintura de Debret:

FÍGURA 4 – Jean-Baptiste Debret (1768-1848): Tocador de berimbau



Fonte: DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**, trad. e Milliet, tomo I (volume I e II), 3^a. Edição, São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1954.

Diante do exposto, é possível perceber que, mesmo durante o tempo de opressão do cativo, a população feminina escravizada não abdicou de seus costumes, enfrentando os dilemas daquele cotidiano.

A vasta literatura informa que, no Brasil a história de dificuldades herdadas pela mulher negra tem origem na escravidão. Para Dias (1995) o corpo da mulher negra era sem valor, entre 10 e 15 anos, negociado por baixo preço, porque ainda não havia sido treinada para os afazeres domésticos. Além do mais, o poder patriarcal inventou o assédio do homem branco sobre a mulher negra, sendo considerada desde a infância como um objeto sexual e responsabilizada pelos seus dotes físicos provocadores, (MOTT, 1988).

Ao engravidarem as escravas se preocupavam, sabiam que não poderiam dar a mesma atenção a seus filhos, teriam os filhos dos Senhores e Sinhás para tomarem conta,

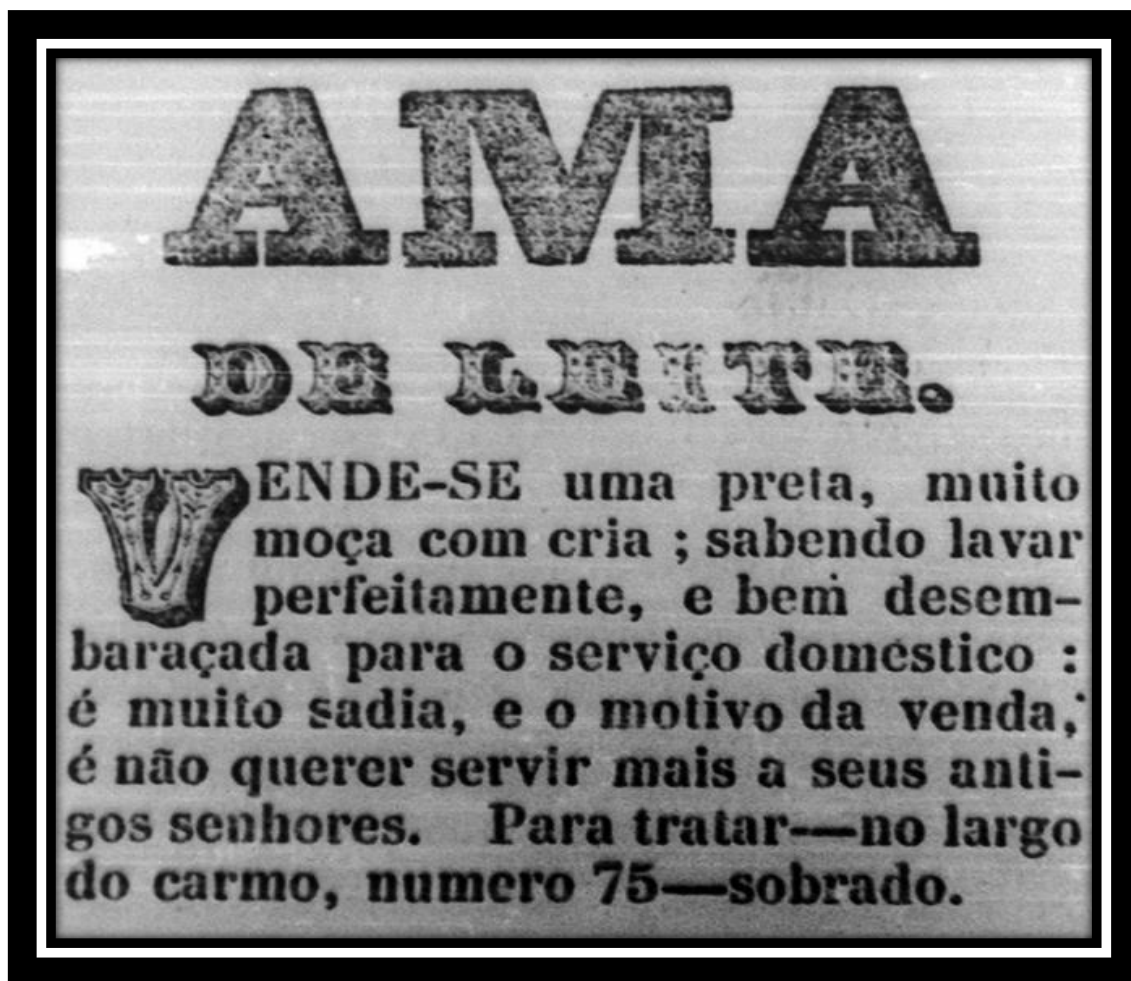
e quando ama de leite, eram alugadas por altos valores, (GIACOMINI, 1988; MOTTA, 1984; LEITE, 1999).

Como exemplo de não aceitar essa situação é Aqualtune avó de Zumbi, uma princesa africana trazida para o Brasil como escrava, foge e juntamente com Ganga Zumba e Ganga Zona tios de Zumbi, desenvolveram o Quilombo dos Palmares.

Nos séculos XVII e XVIII, pelo menos até 1750, o problema continuou em quase todas as capitanias, sempre motivado pelo fato de o imigrante português, em geral, encarar a colônia como local da realização de lucros e não de fixação definitiva.

A sociedade açucareira dividia-se essencialmente em 02 grupos sociais opostos: senhores e escravos. O poder político do Senhor de engenho tinha como base o seu poder econômico, que por sua vez era sustentado pelos escravos, pela exportação de açúcar e as grandes propriedades. Nesse ínterim, os anúncios em jornais, mostram o seguinte:

FÍGURA 5 – Anúncio no Jornal de São Paulo - mulher negra para ser Ama de Leite



Fonte: Anúncio de venda de ama de leite no jornal / Créditos: São Paulo Antiga

Nos jornais eram constantes anúncios, que ofertavam tanto as mulheres negras escravizadas quanto as mulheres negras que já eram libertas, mas, era um número menor, para atuarem como amas de leite. Mesmo com o poder das cartas de alforrias, as mulheres negras continuavam fazendo as mesmas atividades de quando eram parte da senzala, ou seja, desempenhando funções e procedimentos análogos aos de pessoas femininas mantidas escravizadas.

No processo de transformações sociais e ideológicas desencadeadas no Brasil, a partir de 1870, que levaram a Abolição da Escravatura e à Proclamação da República, as mulheres sofreram um contraditório procedimento de ajuste nas esferas dessa sociedade. Ao mesmo tempo em que se abriram maiores espaços de sociabilidade à mulher urbana, recrudesceram-se os discursos normativos que procuravam redirecioná-la à esfera privada e foram delineados ideais de comportamento em que as mulheres de todas as classes sociais deveriam se espelhar, estabelecendo uma maior vigilância de suas atitudes.

Tudo isso, também acontecia com o objetivo de embranquecer o território brasileiro. Desse modo, as relações de gênero, a conduta das mulheres, sua identidade e seus papéis converteram-se em tema de observação, de estudo e tornaram-se questões importantes para a consolidação do projeto de modernização burguesa.

Paralelamente, eram diversas as atividades que caracterizavam e distinguiram as mulheres pobres das mulheres da “elite”: Amas-de-leite, lavadeiras, aguadeiras, vendedoras, artesãs, domésticas. As mulheres das camadas populares possuíam uma identidade própria, características e padrões específicos atrelados às suas condições de vida. Era acentuada a desqualificação do trabalho manual, assim como, na rua, eram vistas as vendedoras por serem comparadas suas atividades de venda como coisa de escrava ou prostituta, acreditava-se que as mulheres pobres não comportavam as características consideradas - pela “elite” branca masculina - como próprias da “natureza” feminina, tais como: a fragilidade, submissão, recato e delicadeza.

De acordo com Ribeiro (1989), a contradição na trajetória das mulheres levou a uma ambiguidade: “Rainha do lar” ou “Mulher da Vida”, fato que aconteceu com a virada do século XIX para o XX, um momento de intenso crescimento urbano, onde existia uma grande preocupação com a moralidade pública e, mais especificamente, com a definição dos códigos de conduta da mulher, principalmente, quando se tratava das mulheres negras.

Entre os Prazeres da Noite, Prostituição e Códigos de sexualidade feminina havia o estigma da mulher negra que fugia aos padrões pré-estabelecidos de mulher “honesta” e “recatada” era uma forma da sociedade conceber a imagem das mulheres não brancas.

Enfim, essa imagem social relatada anteriormente perdurou durante o século XIX, dessa maneira o lugar da Mulher Negra refletia o tratamento dado à sexualidade e a expectativa em relação ao casamento, padrões que menos se referiam à cultura branca ocidental cristã porque advinha da África negra. Seu comportamento diferia e não se ajustava ao modelo que se começa a criar e que era proposto para a família branca brasileira. Suas atitudes com relação ao amor e ao casamento eram consideradas como a negação do padrão normal de sexualidade, fora dos padrões morais e reduzidos ao silêncio a explicação de sua origem. Somente lembrados quando podiam ser utilizados como exemplo do que não fazer. De qualquer forma, a ideia era o alijamento, a separação e o silêncio.

4. CONCLUSÃO

As mulheres negras trazidas como escravas da África contribuíram para a composição genética do brasileiro, no entanto, esse feito não foi desigual apenas do ponto de vista geográfico, e nem ficou diferente após a abolição da escravatura. A dita liberdade veio sem políticas de inserção das mulheres negras na sociedade brasileira de maneira geral. Após a abolição a opressão toma forma a partir da construção da imagem social com estereótipos e racismo, que se firmaram de forma cruel, deixando transparecer que eram vagabundas e marginais, evidenciando a partir da proibição e a criminalização da cultura e dos cultos nos terreiros, sendo a mulher negra a imagem da sedutora e promiscua. Essa construção tem no início do período republicano um embasamento reverso com um conjunto de discursos e práticas que legitimaram e sustentaram as diferenças sociais, evidencia-se as práticas racistas de exclusão, as quais são submetidas as populações negras, sem lembrar do trajeto percorrido durante os longos anos de senzalas.

Na atualidade a mulher negra é afetada por todas as chagas sociais brasileiras: encarceramento, violência doméstica, violência urbana, racismo institucional, desigualdades no mercado de trabalho. O feminicídio - assassinato de mulheres por sua condição de gênero, no Brasil, atinge, prioritariamente, a mulher negra.

Nos anos de 2003 e de 2013, o número de mulheres negras assassinadas cresceu 54%, ao passo que o índice de feminicídios de brancas caiu 10% no mesmo período. Os dados são do Mapa da Violência 2015, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Estudos Sociais.

As mulheres negras também são as maiores vitimadas pela violência doméstica: 58,68%, de acordo com informações do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher, dados de 2015. Elas também são mais atingidas pela violência obstétrica 65,4% e pela mortalidade materna 53,6%, de acordo com dados do Ministério da Saúde e da Fiocruz. Entre 2006 e 2014, a população feminina nos presídios aumentou em 567,4%, colocando o Brasil no ranking dos países com mais encarceramentos no mundo, ficando no 5º lugar, onde 67% destas mulheres são negras e 50% são jovens.

De acordo com os dados acima, é necessário problematizar: Como é que com esses dados podemos falar em democracia racial? Podemos questionar a validade de sistemas reparatórios? Como o sistema de cotas?

As estatísticas demonstram que o país é forjado na desigualdade social, onde a base da pirâmide foi e, ainda é, constituída por mulheres negras, que não são mais açoitadas pelo chicote do feitor, mas, vivem em um cotidiano de preconceitos, racismo, e desrespeitos das mais variadas formas.

Quando se fala em direitos que foram conquistados, é interessante lembrar das dores e das chagas que ainda são enormes, mordazes – porque existem mulheres amordaçadas dentro de uma noção de modernizada.

A história de Anastácia transmite uma força para resistir, quebrar as amarras e fazer ressoar o grito de liberdade, construída a cada dia na luta das mulheres negras, que são lutadoras e buscam equidade, denunciando com repúdio as condições adversas construindo um padrão de vida com suor, sangue e lágrimas.

É relevante declarar que, o olhar do sociólogo – homem branco pernambucano, chamado de Gilberto Freyre que registrou em 1933 no livro Casa-Grande & Senzala - um ensaio clássico sobre a formação do país afirmando que, os homens africanos foram os braços e as pernas que movimentaram a economia açucareira do Nordeste e, em contrapartida, descreveu que, as mulheres negras exerceram um encanto especial, de cunho sexual, sobre os senhores de engenho de origem europeia - essa é uma opinião que deixa explícita o interesse em culpar as mulheres negras pelas ações dos senhores de engenho, e culpa as vítimas pelas atitudes violentas e cruéis que lhes foram impostas.

Não obstante, essa percepção de Freyre não representa uma razão que seja pautada na coerência, porque cientificamente, o/a preto/a brasileiro/a guarda em seu material genético uma contribuição maior das mulheres do que dos homens africanos, embora o volume do tráfico masculino tenha sido maior.

Ademais, com base na leitura generalizante de Gilberto Freyre em *Casa-Grande e Senzala*, e no senso comum, muitos ainda acreditam na falsa ideia de que durante a escravidão houve uma relação consensual e harmoniosa entre os senhores brancos e suas escravas negras, ou seja, uma relação de sedução.

Outro ponto que merece uma análise em *Casa-Grande e Senzala*, é quando o autor se refere as “senhoras brancas” como se fossem “todas gordas e flácidas” e, possuidoras de uma moral muito rígida quando relacionada ao sexo - considerando-o um grande pecado. Mas, se referiu a mulher negra e a mulher mestiça como possuidoras de uma grande beleza que as tornavam irresistíveis - e apresentavam uma moral diferenciada com relação ao sexo, vivenciando uma sexualidade mais livre, essa é a versão que faz sobre a sexualização das mulheres negras.

Finalmente, as afirmações de alguns escritores como Freyre, deturpam e inocentam o estupro e os diversos abusos dos homens brancos em relação às mulheres negras e mestiças. Giacomini (1988) esclarece ao descrever que, não é justificável os ataques sexuais dos senhores às escravas por meio da confirmação de que estas eram irresistíveis em sua beleza e sensualidade, isso significa uma total inversão da realidade, pois, os senhores de engenho eram quem perseguiram e seduziam as mulheres negras que eram feitas de escravas, porque usavam da força e do poder hegemônico para conseguir seus intentos e promover a opressão.

5. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. **Racismo e anti-racismo na literatura infanto-juvenil**. Recife: Étnia Produção Editorial, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2010. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: mar. 2024.

_____. Portal da Câmara dos Deputados. **A Lei nº 13.104/2015 - Lei do Femicídio**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: mar. 2024.

_____. **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> >. Acesso em: mar. 2024.

DAVIS, Angels. **Mulheres, raça e classe.** Tradução: Heci Regina Candiani. – 1. Ed. São Paulo: Bointempo, 2016.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil**, trad. e notas de Sérgio Milliet, tomo I (volume I e II), 3ª. Edição, São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1954.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** 12 ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

DIAS, Maria Odila da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIENER, Pablo; COSTA, Maria de Fátima. **Rugendas e o Brasil: Obra completa.** Ed. Capivara: Rio de Janeiro, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 34º ed. – Rio de Janeiro: Record, 1998.

GIACOMINI, Sônia Maria. **Mulher e Escrava, uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil,** Petrópolis, Vozes, 1988.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas 2023: Violência Contra a Mulher.** Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 27 fev. 2024.

LEITE, Miriam Moreira. (org). **A condição feminina no Rio de Janeiro século XIX.** São Paulo, Hucitec/Fundação pró-memória, 1984.

MOTTA, José Flavio. **Corpos escravos vontades livres.** São Paulo, FAPESP/Anablume, 1999.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e Resistência: a mulher na luta contra a escravidão.** São Paulo: Contexto, 1988.

NASCIMENTO, Thais. **Anastácia: resistência negra santificada.** Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. 10.05.2018. Disponível em: <https://www.ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/3526/anastacia-resistencia-negra-santificada>. Acesso em: 07/03/24.

RIBEIRO, Ana Maria Rodrigues. **A Imagem e o Silêncio: O Lugar da Mulher Negra no século XIX.** São Paulo: USP/FFLCH, Tese de Doutorado, 1989, p. 197-198.

ROMANELLI, Oliveira Otaíza de. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. Rio de Janeiro, Vozes, 1978.

SODRÉ, Muniz. **O facismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1986.